

PC Farias é convocado para depor nesta sexta-feira

GAZETA MERCANTIL

por Eduardo Holanda
de Brasília

A CPI do Orçamento aprovou ontem, por unanimidade, a convocação para depor de Paulo César Farias. PC deverá depor na sexta-feira, às 9h30. Essa decisão representou uma mudança na posição da CPI. Durante o depoimento, prestado na segunda-feira perante uma comissão especial, composta por cinco integrantes da CPI, PC negou qualquer vinculação com o Orçamento da União e com a Comissão Mista de Orçamento do Congresso.

Ele afirmou, no entanto, que o ex-presidente Collor tinha conhecimento de todas as contribuições de empresas para a campanha eleitoral e que determinava quais parlamentares deveriam receber ajuda na campanha de 1990. Ontem, a CPI exibiu um vídeo com todo o depoimento de PC.

Hoje, a CPI decidiu não realizar nenhuma atividade além do trabalho interno das subcomissões. Isso permitirá que os deputados possam participar do julgamento do processo de cassação de três deputados — Onaireves Moura (PSD-PR), Nobel Moura (PSD-RO) e Itsuo Takayama (PSD-MS) — envolvidos na oferta de dinheiro para mudar de partido, aumentando a bancada do PSD. O presidente da Câmara, Inocên-

cio de Oliveira (PFL-PE), informou que, caso os três parlamentares renunciem para fugir à cassação, ele seguirá com o processo. Pelo Regimento da Câmara, uma renúncia só é oficializada depois de publicada no Diário do Congresso, o que só ocorrerá amanhã. Assim, se o Plenário votar pela cassação, os três, mesmo renunciando, perderão os mandatos.

Amanhã, a CPI vai tomar o depoimento do líder do PPR na Câmara, José Luiz Maia. Ele estaria envolvido tanto com o esquema de subvenções sociais quanto com o das emendas ao Orçamento.

Com a decisão dos presidentes da Câmara, Inocência de Oliveira, e do Senado, Humberto Lucena, de fazer a prorrogação automática dos trabalhos legislativos até o dia 31, havendo uma convocação a partir do dia 4, a CPI continuará seus trabalhos. Jarbas Passari-
nho disse que no dia 24 e no dia 31 "poderemos fazer uma concessão e não trabalhar. Mas estaremos a postos no máximo um dia depois". Se a convocação em janeiro começar mesmo a partir do dia 4, a CPI terá prorrogação automática por mais três dias, por causa do recesso de 1º a 3 de janeiro. A CPI ouviu ontem o deputado Flávio Derzi (PP-MS), em depoimento iniciando às 20h40.